

ARQUIVO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES)

ARCHIVE AND HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION: THE CASE OF THE PUBLIC RECORD OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO (APEES)

*Tiago Braga da Silva**

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é analisar o uso das fontes do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) nas pesquisas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES) entre os anos de 2003 a 2021. A pesquisa é de caráter descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental. A análise teve como corpus documental as dissertações e teses produzidas pelo Programa e disponibilizadas no site institucional. Foi constatado que, aproximadamente, 55% das dissertações e 67% das teses, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. O que nos possibilita concluir que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é uma base institucional imprescindível à constituição de acervos documentais necessários à produção do conhecimento sobre a história do Espírito Santo.

Palavras-chave: fontes de informação; produção historiográfica; Arquivo Público.

ABSTRACT

This is a research whose objective is to analyze the use of APEES sources in master's and doctoral research of the Postgraduate Program in Social History of Political Relations at the Federal University of Espírito Santo (PPGHIS-UFES) between 2003 to 2021. The research is descriptive, with a qualitative and quantitative approach. The study used bibliographic research and document analysis. The analysis had as its documentary corpus the dissertations and theses produced by the Program and made available on the institutional website. It was found that approximately 55% of dissertations and 67% of theses used primary sources from the Public Record of Espírito Santo. Which allows us to conclude that the Public Record of the State of Espírito Santo (APEES) is an essential institutional base for the constitution of documentary collections necessary for the production of knowledge about the history of Espírito Santo.

Keywords: sources of information; historiographic production; Public Record.

Submetido em: 23 de agosto de 2022

Aceito em: 11 de outubro de 2022

*Prof. Dr. da Universidade Federal do Espírito Santo | E-mail: tiagobragadasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A mobilização do passado perpassa, não exclusivamente, pela escrita historiográfica, cuja mudança é motivada, em grande medida, pelos próprios questionamentos da história enquanto área de conhecimento: objetivos, objetos, fontes, métodos, entre outras questões, que fomentam reflexões sobre o papel do historiador e, conseqüentemente, da própria história na sociedade.

A história, como um campo de conhecimento, modificou-se ao longo dos séculos, deixou de ser compreendida como um esquema de narrativas verdadeiras, inquestionáveis, entendida como reprodução fidedigna do passado, como foi pensada no século XIX por Leopold Von Ranke. No século XX, a partir da década de 1970, influenciados pelo *linguistic turn*,¹ despertou o interesse nos historiadores pela problematização do texto e da narrativa. Como consequência dessas novas preocupações no campo da história, alterou-se, de maneira significativa, o entendimento do fazer do historiador. (GUIMARÃES, 2007, p. 25- 26).

Para pensar o processo de escrita da história e seus desdobramentos, podemos nos apoiar nas reflexões apresentadas por Certeau (1982, p. 57), especificamente sobre o conceito de operação historiográfica, que concebe a história como uma operação, relacionando-a a um lugar social (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), a procedimentos de análise (uma disciplina) e à construção de um texto (uma literatura).

Assim, a operação historiográfica é entendida em três momentos, sendo que todas, sem sobreposição, podem ser chamadas de historiografia, pois estão inseridas no processo de pesquisa e escrita. E a publicação da literatura (texto) se configura como resultado final da operação historiográfica, uma espécie de retorno do historiador para o mundo da ação.

Retornando às reflexões de Certeau (1982, p. 66), é possível considerar que

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

¹ Tradução: Virada linguística

Assim, inferimos que a produção do conhecimento histórico é permeada por interferências de agentes e processos de agenciamento interno e externo ao campo da história, sendo o estudo histórico um produto de um lugar (CERTEAU, 1982, p. 64), lugar este que se modifica no decorrer do tempo, englobando novos interesses, métodos e intenções. Dinâmica inteiramente aceitável, visto que é nesses deslocamentos que outros agentes e prioridades emergem, proporcionando um novo lugar para a produção historiográfica.

Nesse contexto, inserem-se as instituições arquivísticas que possibilitam o acesso do pesquisador de história às fontes, e assim, contribui, de forma direta, para o processo de escrita da história. Vale lembrar que a história não se faz apenas com documentos de arquivos, os procedimentos metodológicos no campo da história são amplos e envolvem outros tipos de fontes, inclusive produzidas pelo próprio historiador, como as fontes orais.

Voltando o olhar para a história local, especificamente sobre a historiografia do Espírito Santo, podemos constatar que sua configuração é atravessada por dinâmicas que, marcadamente, se constituem por conjunturas políticas e sociais, que buscam projetar determinadas representações no campo social, cultural, econômico e político.

Nascimento (2016, p. 273) ao pesquisar a historiografia do Espírito Santo, especificamente acerca das formas, funções e significados que tiveram as diferentes manifestações historiográficas sobre o Espírito Santo entre a década de 1960 e o início do século XXI, concluiu que a história do Espírito Santo foi elaborada sob o paradigma do desenvolvimento, que a partir da noção de atraso e superação, criou-se uma identidade histórica que permeou a historiografia e o discurso político.

Em oposição a essas narrativas, o autor aponta para a produção, a partir do início do século XXI, de trabalhos de pesquisas classificados por ele como sendo as *narrativas críticas do Espírito Santo*. Consiste em teses, dissertações e artigos acadêmicos produzidos, principalmente, mas não exclusivamente, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), apresentando uma nova produção histórica sobre a temática do desenvolvimento do Espírito Santo em diferentes épocas, e sobre diferentes sujeitos até então marginalizados pela história local. (NASCIMENTO, 2016, p. 17-19).

Nesse debate, uma outra reflexão se faz importante: os espaços que possibilitam a mobilização do passado do Estado do Espírito Santo para a construção de novas

interpretações, tal como o Arquivo Público do Espírito Santo, que se consolida como um espaço público de preservação de documentos sobre o Estado do Espírito Santo.²

A pesquisa é de caráter descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental. A análise teve como corpus documental as dissertações e teses produzidas pelo Programa e disponibilizadas no site institucional: <http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS>. O objetivo foi verificar o uso das fontes documentais custodiadas pelo APEES na produção de pesquisas sobre a história do Espírito Santo.

Como estratégia de busca, inicialmente, foi utilizada a análise do resumo e das palavras chaves com vias a identificar se a pesquisa tratava de algum aspecto do Espírito Santo, e, em seguida, a análise das fontes, com o objetivo de verificar o uso das fontes primárias fornecidas pelo APEES.

2 DOCUMENTO DE ARQUIVO: ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUIVOLOGIA

A relação do historiador com o documento de arquivo, usado como fonte de pesquisa, aproxima-o dos arquivistas, cuja preocupação se impõe, em um primeiro momento, com a organização, preservação e disponibilização dos documentos de arquivo aos usuários.

Durante o Século XIX, sob forte influência do positivismo, os arquivistas se apoiavam nos pressupostos epistemológicos básicos da história. O ponto central do trabalho dos arquivistas era calcado no conteúdo dos documentos, e não no conteúdo dos arquivos. O que proporcionava um ponto comum entre os historiadores e arquivistas. (JEURGENS, 2005, p. 2).

No final do Século XIX, a nova geração de arquivistas começa a se distanciar dos pressupostos da História, abandonando o método cronológico de organização de arquivos. Empreendiam-se nesse momento, um esforço para se libertar dos historiadores e da História, lutavam por uma emancipação da Arquivologia. (JEURGENS, 2005).

² Destaca-se que no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, consta o registro de 23 instituições, incluindo o APEES, detentoras de acervos arquivísticos no Estado do Espírito Santo.

Nessa direção, em 1898, foi publicado, pela Associação dos Arquivistas Holandeses, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos - *Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven*, de autoria de S. Muller, T. Feith e J. Fruin, que ficou conhecido no Brasil como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”.

Essa publicação marcou a trajetória do desenvolvimento da Arquivologia no mundo, é considerada o marco fundador da disciplina arquivística, visto que foi traduzido para mais de 60 idiomas (TOGNOLI, 2010, p. 26). No Brasil, o manual foi traduzido pela primeira vez em língua portuguesa em 1960 e a 2ª em 1973.

No manual, que apresentou 100 regras para a organização de arquivos, a preocupação com o historiador e suas pesquisas ficaram em um segundo plano. A regra número 19, preconizava que “[...] No arranjo do arquivo, os interesses da pesquisa histórica somente em segundo lugar devem ser atendidos [...]” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 53).

Essa regra é posta em oposição ao ordenamento de documentos considerando o conteúdo (temática) e sua cronologia,

Não é lícito, portanto, desmembrar nenhuma série de cartas recebidas, sobre os mais diversos assuntos, pelo órgão administrativo, para constituir um maço de documentos correspondentes a determinada matéria específica. Menos ainda caberia extrair as peças sobre o mesmo tema, de séries diversas, para reuni-las todas, como se fez outrora no Arquivo-Geral do Estado, com mira na constituição do grupo de «Documentos atinentes às Expedições Polares». (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 53).

Jeurgens (2005) afirma que a comunidade arquivística, com a adesão do Manual dos Arquivistas Holandeses, por diferentes países, fez uma escolha clara e positivista para a abertura dos arquivos na perspectiva do seu produtor.

Outro ponto que causou divergência entre os arquivistas e historiadores foi o desenvolvimento do processo de avaliação e seleção de documentos. O crescimento exponencial da produção de documentos a partir da década de 1945, no pós-guerra, levou os arquivistas a elaborarem métodos para realizar processo de avaliação de documentos e procederem pela guarda dos documentos em arquivos definitivos ou sua eliminação. Esse procedimento provocou fortes reações dos historiadores, que estavam com medo que fossem eliminados documentos importantes para a pesquisa. Eles alegavam que os arquivistas se deixavam levar pelos interesses da administração governamental, o que

levou a uma quebra de confiança entre os arquivistas e historiadores. (JEURGENS, 2005, p. 4).

No âmbito da História, Langlois e Seignobos, historiadores da história metódica “[...] exprimiram numa fórmula notável que constitui a profissão de fé fundamental do historiador, que é a base da ciência histórica: ‘Sem documentos não há história’ [...]” (LE GOFF, 1996, p. 106-107). No entanto, em oposição a essa frase, Lucien Febvre, que junto com Marc Bloch fundou a Escola dos Annales, escreveu que “sem problema não há história”. (BARROS, 2012, p. 310)

Os fundadores da Escola dos Annales

[...] davam início a uma crítica em profundidade da noção de documento. ‘Os historiadores ficam passivos, demasiado freqüentemente, perante os documentos, e o axioma de Fustel (a história faz-se com textos) acaba por se revestir para eles de um sentido deletério’, afirmava Lucien Febvre [...], que lamentava, não já a ausência de sentido crítico nos historiadores, que praticavam todos eles mais ou menos a crítica dos documentos preconizada pela École des Chartes e a história positivista do século XIX, mas o fato de que se pusesse em discussão o documento enquanto tal. (LE GOFF, 1996, p. 545).

Ainda que a História-problema, preconizada pela escola dos Annales, seja a linha mestra dos historiadores contemporâneos em oposição a História positivista, factual e tradicional desenvolvida no século XIX, os documentos escritos ocupam um lugar de destaque no empreendimento da escrita da história. Sob uma nova perspectiva, a História amplia o conceito de fonte, possibilitando aos historiadores o uso de diferentes materiais para a realização de suas pesquisas. O historiador José D’assunção Barros define fonte histórica como sendo

[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história.[...]. (BARROS, 2019, p. 15).

Aos documentos de arquivo, numa perspectiva arquivística, é possível associar uma característica que lhes são próprias, que os diferem de outros materiais que só passam a ter valor referencial e probatório quando são levados, por iniciativa do pesquisador, a responder a determinadas perguntas. Os arquivos são considerados subprodutos das atividades desenvolvidas por organizações e indivíduos de acordo com

os padrões legais da sociedade a que pertencem, portanto desde sua origem possuem o estatuto probatório. (CAMARGO, 2009, p. 426-427).

Os arquivos são considerados por Camargo (2009, p. 427), apoiado em Marie-Anne Chabin, como “documentos de nascença”, diferente daqueles considerados “documentos de batismo”, que só recebem o estatuto probatório por força das operações a que são submetidas, seja por juristas, historiadores e outros interessados.

Esse entendimento de documento de arquivo contrapõe às reflexões do pesquisador Jacques Le Goff (1996, p. 548), que considera todo documento como uma mentira, com o argumento que o

[...] documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 1996, p. 547-548).

É preciso pontuar que a percepção do estatuto probatório dos documentos, na perspectiva arquivística, está associada ao seu contexto de produção. É a partir da produção, com o foco no produtor, que é associada sua característica em relação ao valor referencial e probatório.

[...] sua natureza instrumental, totalmente atrelada à lógica da entidade produtora, assegura-lhe a condição de refletir sempre a ação de que se originou. Por isso podemos afirmar que o valor referencial e probatório do documento de arquivo não é mera contingência, nem depende do olhar comprometido e cambiante de seus eventuais usuários secundários. [...] (CAMARGO, 2009, p. 427).

Essa interpretação do documento suscita uma discussão sobre dois pressupostos fundamentais apresentados por Duranti (1994, p. 51) acerca do documento de arquivo: que os documentos atestam as ações e transações, e que sua veracidade depende das circunstâncias de criação e preservação.

Esses pressupostos estão ligados a cinco características do documento de arquivo, cujos arquivistas, à luz de sua prática profissional, estão incumbidos a preservar: imparcialidade, “[...] os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista

britânico Hilary Jenkinson, ‘livres da suspeita em nome dos quais os usamos hoje.’[...]”; autenticidade, “[...] os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados [...]”; naturalidade, “[...] diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são ‘coletados artificialmente, como os objetos de um museu [...], mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração”[...]; inter-relacionamento, visto que “[...] os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado ‘com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações’.[...]”; e unicidade, “[...] provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental.[...]”. (DURANTE,1994, p. 50-52).

O tratamento dos arquivos deve voltar-se para a lógica de produção, para o produtor. “[...] Encará-lo de outra maneira, sem levar em conta tal especificidade, é tornar-se presa fácil da retórica desenvolvida fora da área da arquivologia, onde a palavra arquivo assume metaforicamente outros significados [...]”. (CAMARGO, 2009, p. 437).

Camargo destaca, ainda, que

[...] O fato é que os arquivos vêm servindo de pretexto para se falar de outras coisas – do método histórico, das possibilidades de um conhecimento objetivo, das interfaces entre história, memória e esquecimento -, sem que se considere sua natureza específica e a qualidade da prova que podem proporcionar. De pouco adianta proclamar que ‘não existe um documento-verdade’ ou que ‘todo documento é mentira’ (Le Goff, 1980), se o que se pretende do historiador é que ele realmente saiba operar a transformação de dados brutos em conhecimento, ou que não seja ingênuo a ponto de fazer coincidir o seu discurso com o do material empírico em que se baseia, na suposição de que ambos se equivalem. O conhecimento do passado, que é sempre produção de sentido e interpretação, envolve, entre outros requisitos, o cuidado de não tratar os documentos (especialmente os de arquivo) como entidades discretas, com vida própria e autônoma. (CAMARGO, 2009, p. 437).

O documento de arquivo, ainda que se considere os atributos que lhe conferem tais especificidades em relação a outras fontes, são fontes históricas para o historiador, e poderão contribuir com os historiadores na compreensão e interpretação do passado. Ainda que possamos, numa perspectiva da Arquivologia, compreender o atributo de

imparcialidade dos documentos de arquivo, “[...] tão malvisto por historiadores [...]”, é possível afirmar que o documento de arquivo possui duas condições: “[...] são sempre parciais em relação à entidade produtora, isto é, são partes constitutivas da sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica de pesquisa.[...]”. (CAMARGO, 2009, p. 435).

Essas considerações permitem compreender o documento de arquivo como uma entidade dotada de possibilidades de usos para a pesquisa histórica, mas é preciso reconhecer que, ainda que a Arquivologia reconheça o estatuto probatório como um elemento central do documento de arquivo, cabe ao historiador, considerando as questões que pretende responder, realizar a crítica documental, e não deixar seduzir-se pelos documentos.

De todo modo, a seleção das fontes como uma etapa constituinte da operação historiográfica pode constituir-se em uma espécie de transformação de documentos em monumento, a partir das reflexões postas por Le Goff, visto que determinados documentos são eleitos e sacralizados no texto historiográfico como uma testemunha. A essa operação, sem hesitar, incide diferentes fatores que influenciam na seleção de um documento ou conjuntos de documentos, em detrimento de outros: lugar social do historiador, metodologia, problema de pesquisa, etc.

As últimas décadas do século XX impuseram novas perspectivas teóricas e metodológicas à Arquivologia e à História. A Arquivologia, por influência da abordagem pós-moderna, desenvolvida principalmente pelos canadenses nos anos de 1980, engendrou uma discussão sobre o papel dos arquivistas, a natureza dos arquivos e sua relação com a memória, sobretudo sobre as relações de poder. (MIRANDA, 2012, p. 900).

Nessa nova abordagem, algumas mudanças se impõem ao entendimento do documento: deixa de ser visto como objeto físico estático e passa a ser entendido como dinâmico e virtual; não é mais entendido como um produto passivo da atividade humana ou administrativa, mas como um agente ativo na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto de sua produção dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-lo em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho. (COOK, 2012, p. 4-5).

Além disso, diante dessas mudanças, Cook (2012, p. 5) afirma que é exigido dos arquivistas que deixem de identificar-se como guardiões passivos de um patrimônio

herdado, e passem a celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra forma:

[...] o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo ‘natural’ ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediada ativamente ‘archivalisation’. (COOK, 2012, p. 5).

Por outro lado, a história, que a partir da Escola dos Analles, na década de 1970, redefiniu a concepção de documentos, possibilitou o uso de novas abordagens teóricas de outras ciências sociais. Negando a postura de neutralidade e apresentando o contexto frente ao texto, as relações de poder e os significados. (MIRANDA, 2012, p. 900).

O ponto convergente entre o historiador e o arquivista consiste, prioritariamente e em termos gerais, na manipulação dos documentos de arquivo. O primeiro, com objetivos claros de pesquisa, o segundo, por sua vez, preocupado com os processos de organização, disponibilização e usos desse material.

Na perspectiva da História, ao documento de arquivo, juntamente com outros materiais manipulados pelos historiadores na operação historiográfica, são associados diferentes vocábulos: Documentos históricos e Fontes históricas. Esses termos são usados como sinônimos.

O termo “documento histórico”

[...] é empregada desde o século XIX, quando os historiadores utilizavam como fontes de informação e como caminhos de análise, de modo muito mais preponderante, alguns tipos de textos como aqueles produzidos pelas instituições, pelos organismos do Estado e dos poderes constituídos, ou, ainda, como as crônicas de época oficiais patrocinadas por esses mesmos poderes, entre outras possibilidades. Essa escolha de fonte era essencialmente orientada por um modelo específico de História Política que perdurou amplamente no primeiro século da historiografia científica. Por causa do amplo predomínio da produção textual no universo que os historiadores tomavam com seu conjunto de fontes históricas – e também por causa da enfática ideia de prova que esses textos assumiam no trabalho dos historiadores –, a designação ‘documento histórico’ surgiu como uma tendência no vocabulário historiográfico, o que inclusive parecia aproximar do trabalho dos juristas o tipo de trabalho que os historiadores desenvolviam. A palavra documento é ela mesma resíduo de um tipo de história que se fazia em um período anterior. (BARROS, 2019, p. 18).

O termo “documento histórico” também é muito utilizado no campo dos arquivos, muito embora, no caso do Brasil, não conste como um vocábulo no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, editado pelo Arquivo Nacional em 2005. Mas, por outro lado, o termo “arquivo histórico” aparece associado ao termo “arquivo permanente”, que conforme o Dicionário é o “[...] Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. 2) Arquivo responsável pelo arquivo permanente [...] Também chamado arquivo histórico [...]”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

Essa associação é atravessada pelo entendimento de que os documentos de guarda permanente, aqueles destinados à guarda definitiva nos Arquivos Públicos em função dos seus valores secundários,³ são “documentos históricos”. E que seus usos são, quase que de forma exclusiva, destinados aos historiadores para realização de suas pesquisas historiográficas.

Essa compreensão é limitadora, na medida em que o arquivo permanente pode responder às diferentes demandas de informação, de diferentes grupos sociais e profissionais, para diferentes fins, não apenas, ou de forma exclusiva, para os historiadores.

Rosseau e Couture (1988, p. 123) alertam que

[...] Não se deve associar o valor secundário à necessidade exclusivamente histórica, uma vez que se prova que os documentos conservados por essa razão são utilizados para toda espécie de fins e que a necessidade puramente histórica é apenas uma entre outras.[...].

Movida pela influência historiográfica, de conceber os documentos de arquivo como documento histórico, muitos arquivos públicos no Brasil recebem o nome de Arquivo Histórico: Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Arquivo Histórico de São Paulo, Arquivo Histórico de Joinville entre outros.⁴

Essas instituições, para além de seu contributo às pesquisas historiográficas, servem à administração no processo de gestão de documentos e, além disso, possibilitam ao cidadão o uso de documentos na comprovação de seus direitos, entre outras possibilidades de usos.

Para mais, a própria História alargou o conceito de “documento histórico”

³ Os valores secundários referem-se aos valores probatório e informativo do documento.

⁴ Informações disponíveis no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009.

[...] à medida que a historiografia expandia seus limites no decurso do século XX. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação de seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercuro de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto. Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos. (BARROS, 2019, 20).

Com essa ampliação, o termo “fontes históricas” se apresenta como uma possibilidade mais atual para as multiplicidades de fontes postas ao historiador. Conclui-se, conforme aponta o historiador Barros (2019, p. 20), que, ainda que os arquivos oficiais constituam uma fonte importante ao trabalho dos historiadores, não são suficientes para fornecerem tudo o que é necessário para o seu trabalho. A escolha da fonte histórica está relacionada com o objeto específico ou com os problemas históricos abordados pelo historiador.

De todo modo, a mobilização do documento de arquivo perpassa as práticas operadas pelas instituições arquivísticas e que as escolhas técnicas e políticas podem conduzir as instituições arquivísticas para uma zona de silenciamento. E sob esse aspecto é que reside a preocupação que une os arquivistas e os historiadores, a Arquivologia e a História, pois as duas áreas possuem interesse nos usos dos documentos de arquivo e, além disso, preocupam-se em compreender, para além dos documentos, o lugar social e cultural das instituições arquivísticas nas sociedades democráticas contemporâneas.

3 USOS DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NAS PESQUISAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DA UFES

A produção historiográfica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes (PPGHS), assume um lugar de destaque na interpretação do passado sobre o Estado do Espírito Santo. Nascimento (2016, p. 27-28) afirma que

[...] a historiografia acadêmica recente, principalmente associada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, mas não

exclusivamente, tem colaborado com a desmitificação do atraso como característica do passado local, com a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico instituídos no Estado e com a elaboração de uma história indígena no Espírito Santo reivindicativa de uma memória desses grupos e seu papel como sujeitos da história local.

O programa teve início com o curso de mestrado em 2003, 7 anos depois, no ano de 2010, criou-se o curso de doutorado, possibilitando o seu início no ano de 2011. Possui como área de concentração a História Social das Relações Políticas, dividida em três linhas de pesquisas: 1) Sociedade e Movimentos Políticos; 2) Estado e Políticas Públicas; e 3) Representações e ideias políticas.

Do ano de 2003, início das atividades do PPGHIS/UFES, até o ano de 2021, recorte temporal desta pesquisa, foi produzido o total de 61 teses e 328 dissertações.⁵ Para a amostragem da análise sobre os usos dos documentos do APEES na produção de conhecimento historiográfico, foram consideradas apenas as teses e dissertações que tratavam de algum aspecto do Estado do Espírito Santo, independente do período, da metodologia ou temática. Nesse sentido, tivemos como amostragem o seguinte quantitativo: 34 teses e 170 dissertações, totalizando 204 trabalhos.⁶

Desse total, 95 dissertações, aproximadamente 55%, e 23 teses, aproximadamente 67%, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. Numa visão geral, são 118 trabalhos, aproximadamente 57%, que fizeram uso das fontes primárias do APEES.

Vale ressaltar que as pesquisas acerca de aspectos sobre o Espírito Santo não estão restritas ao PPGHIS/UFES, o que numa análise mais ampla, utilizando outros repositórios, analisando trabalhos de outras áreas e de outras instituições, pode-se conferir e ampliar esses números de forma considerável.

Vamos apresentar um breve panorama sobre os trabalhos analisados, em especial o período de estudo e as temáticas abordadas. Entre os trabalhos selecionados para a análise, entre teses e dissertações, 8 referem-se ao Período Colonial, 33 ao Período Imperial e 69 ao Período Republicano. Além desses trabalhos, 1 trabalho abrange o Período Colonial e Imperial e 7 possuem recorte temporal que abrangem o Período

⁵ A coleta de dados foi realizada em agosto de 2022.

⁶ 6 (seis) dissertações que tratam de algum aspecto do ES não estão disponíveis no site do programa, assim sendo, não foram contabilizadas nesse quantitativo devido à impossibilidade de análise.

Imperial e Republicano. Conclui-se pela predominância absoluta de pesquisas acerca do período republicano da história do Espírito Santo.

Os trabalhos com recorte temporal no Período Colonial, abordaram questões sobre a educação, escravidão, jesuítas, economia, a Ordem de Cristo e imprensa. Para realizarem as pesquisas utilizaram-se as seguintes fontes documentais disponíveis no APEES: Correspondências e Atos do Príncipe Regente, relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo e documentos do Fundo Governadoria.

Sobre o Período Imperial, os trabalhos abordaram diferentes temáticas de pesquisas: questão indígena, Escravidão, eleições, Comarca do Espírito Santo, mulheres, guarda nacional, juiz de paz, eleições, Polícia Militar e imigração. Para tanto, fizeram usos dos Jornais e panfletos do século XIX microfilmados no Arquivo Público do Espírito Santo, Correspondências e Atos do Príncipe Regente, processos criminais, relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo, documentos do Fundo Educação, Fundo de Polícia e Fundo Governadoria.

Os trabalhos realizados no recorte temporal do Período Republicano, trataram das seguintes temáticas: história da historiografia do Espírito Santo, questões ambientais, urbanização, Estado Novo, educação feminina, desenvolvimento econômico, memória, educação, ditadura e imigração. Esses trabalhos utilizaram os seguintes documentos custodiados pelo APEES: prontuários da Polícia Civil, jornais e revistas (“O Cachoeirano¹²”, “Alcantil” e “Estado do Espírito Santo”), plantas e fotografias, Fundo Governadoria: Série Accioly, Novas Séries, Série 751 livros e Série Correspondências, Relatórios do Diretor da Instrução Pública, Livro de Matrícula dos Ilhéus e acervo do DOPS/ES.

Além desses períodos citados, 8 trabalhos abrangeram mais de um período, 1 abordou os Períodos Colonial e Imperial e 7 trabalhos os Períodos Imperial e Republicano. Abordaram diferentes temáticas: identidade política, Oligarquia e elite política, Governo Moniz Freire, Luta pela terra, escravidão e morte na cidade de Vitória (Segunda metade do século XIX e os primeiros anos da república). Para a realização das pesquisas foram indicados os usos dos seguintes documentos custodiados pelo APEES: Fundo Governadoria, jornais capixabas publicados no século XIX e início do século XX, Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Fundo de Polícia, Fundo Agricultura e Fundo Inspeção de higiene pública.

Para além do que os números podem revelar com indicadores estatísticos sobre os usos dos documentos, há uma narrativa que é tecida sobre o APEES pelos pesquisadores, que se divide entre agradecimentos, elogios e, também, críticas gerais que repercutem em sua visão sobre o Arquivo.

Na pesquisa de doutorado defendida em 2016, pelo pesquisador Leonardo Bis dos Santos, foi relatado as consequências da falta de políticas públicas no campo dos arquivos tendo em vista os empecilhos que circunscreveram a escrita da sua tese por falta de fontes, resultado dos problemas no processo de recolhimento,

Ainda justificando o que o leitor vai ler logo adiante, consubstanciando a desproporcionalidade entre os registros das diferentes UC's, destacam-se as formas de organização documental – e em alguns casos até mesmo a perda de processos e dados primários. As constantes mudanças de órgãos gestores e, principalmente, o não envio ao Arquivo Público Estadual, certamente influenciaram essa situação. Em alguns casos nos deparamos apenas com as informações contidas nos planos de manejo – e em outros nem isso! (SANTOS, 2016, p. 289).

O recolhimento é uma função importante para uma instituição arquivística, pois é por ele que se formam os acervos que serão disponibilizados para os pesquisadores e a sociedade em geral. O não envio de documentos para as instituições de guarda, pode configurar na perda de importantes componentes do passado, o que pode dificultar a compreensão dos fatos vividos da sociedade, dos grupos sociais, e dos sujeitos.

Ainda com relação ao recolhimento de documentos ao Arquivo, desta vez especificamente relacionado aos arquivos pessoais, foi possível constatar, em diferentes trabalhos, a indicação de uso de fontes de arquivos pessoais não depositados em instituições de guarda, que estão com seus produtores ou familiares: Arquivo pessoal de Myrthes Bevilacqua Corradi, Arquivo pessoal de Roberto Valadão Almokdice, Arquivo pessoal de Laura Coutinho, Arquivo pessoal de Adilson Vilaça, Arquivo pessoal de Higner Mansur, Arquivo pessoal de Paulo Hartung, Arquivo pessoal de João Pedro e Aguiar, Maurício Abdala Guerrieri, Cláudio Vereza, Teresa Sartório e Alessandro Vescovi. Dentre esses acervos citados, podemos destacar o acervo de Myrthes Bevilacqua Corradi, a primeira mulher eleita deputada federal pelo Espírito Santo; o Arquivo pessoal de Laura Coutinho, ex-estudante da Ufes que militou contra o regime militar brasileiro e chegou a ser presa na década de 1970.

A indicação desses acervos é um forte indicativo que há uma grande quantidade de acervos privados no Estado do Espírito Santo que podem ser mapeados pelo Arquivo Público e subsidiar um planejamento futuro de aquisição. Os usos desses acervos nas pesquisas do PPGHIS/UFES reforçam sua importância para a pesquisa acadêmica.

Além das questões acerca das lacunas dos arquivos pessoais, podemos apontar problemas com os documentos sobre os Ciganos no Estado do Espírito Santo. Daniela Simiqueli Durante, relata as dificuldades encontradas em sua pesquisa intitulada: “Ciganos nas terras do Espírito Santo: representações sócio- políticas (1870-1936)”,

A falta de acesso a documentos e a disponibilidade dos arquivos públicos estaduais em atender os pesquisadores ainda constituem um grande empecilho na construção de uma história espírito-santense que represente as múltiplas vozes que participam da construção deste estado.[...] A ampla baliza fez-se necessária a fim de analisarmos as representações dos ciganos nas décadas finais do século XIX e o início do século XX pela ótica dos impressos capixabas. As representações encontradas forma consoantes com a bibliografia utilizada. As imagens do cigano ladrão, trambiqueiro e sequestrador e da cigana lasciva e feiticeira compreendem algumas apropriações que os capixabas adquiriram com base na imprensa deste período. O corpus documental utilizado, contudo, não foi capaz de responder questões de extrema relevância: como viviam estes ciganos? quais eram as suas opiniões, sentimentos, concepções a respeito do mundo e da sociedade que os cercavam? Estas indagações não foram exploradas pela imprensa capixaba. (DURANTE, 2014, p. 126).

Essas questões, ainda que a autora apresente circunscritas ao contexto capixaba, não se referem apenas a uma questão local/regional, perpassam outras instituições, em diferentes âmbitos, no Brasil.

As invisibilidades operadas nos arquivos de determinados grupos proporcionam a reflexão crítica das narrativas que os arquivos públicos querem criar, e podem ser um ponto importante na resignificação dessas instituições, buscando, a partir de outras estratégias, a representação desses grupos até então silenciados.

A pesquisadora Julia Duarte de Souza, na dissertação apresentada em 2009, intitulada: Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008), afirma que ao longo da pesquisa encontrou muitas dificuldades de acesso à informação, dentre elas: “[...] demora nos prazos de entrega de cópias de documentos; demora no retorno das entrevistas para checagem e correção de informações; dificuldade de acesso a

determinados jornais da época no arquivo público, sendo muitos deles danificados, onde datas e outras informações foram perdidas. [...]” (SOUZA, 2009.p. 21).

A questão da conservação física dos documentos também aparece no trabalho de Kátia Sausen da Motta, apresentado em 2013, intitulado: “Juiz de paz e cultura política no início do oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827- 1842)”, aparece a seguinte questão: “[...] O estado de conservação do documento referente à Barra de São Mateus impossibilitou sua utilização em análise quantitativa. Entretanto, as informações da fonte foram utilizadas de forma qualitativa sempre que possível.[...]” (MOTTA, 2013, p. 107) e no trabalho da Fabiene Passamani Mariano, autora da tese “A festa do Divino em Viana no Século XXI: Memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba”, apresentada no ano de 2019, afirma que os documentos mais significativos para o desenvolvimento do segundo capítulo da tese, cujo objetivo foi apresentar um panorama da Capitania do Espírito Santo no início do século XIX, enfatizando a vinda e a instalação de famílias açorianas na região, estavam localizados no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), no entanto, faz a seguinte observação: “[...] Alguns documentos referentes ao período selecionado estavam em condições precárias, tanto para o manuseio, quanto para leitura. Muitos deles estavam ilegíveis, manchados ou parcialmente destruídos por traças.” (MARIANO, 2019, p. 72).

O atendimento do Arquivo às demandas do pesquisador sempre é um desafio, visto que cada pesquisa usa de diferentes fragmentos do passado depositados no Arquivo Público, o que gera, em algumas situações, dificuldades de atendimento e, em alguns casos, até mesmo a impossibilidade desse atendimento. Essa constatação não minimiza o papel do Arquivo no processo de produção de conhecimento sobre o Espírito Santo, ao contrário, coloca diante de nós a necessidade, cada vez mais, de reivindicar investimentos financeiros e construção de políticas públicas eficientes, capazes de possibilitar o acesso e uso do passado pela via do documento de arquivo por diferentes segmentos da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo pode ser entendido como uma instituição localizada no centro dos processos de produção de conhecimento sobre a

História do Espírito Santo. Visto que, conforme pudemos verificar na pesquisa, os seus documentos, de maneira geral, são mobilizados para escrita da história local, sobretudo a partir da confecção de dissertações e teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

No entanto, ainda que se apresente como um lugar referencial para as pesquisas, os trabalhos analisados suscitam outras questões: impasses de ordens técnicas e políticas. Que, em alguns casos, prejudicaram as pesquisas.

Nessa direção, inferimos que é necessário esforços de diferentes segmentos da sociedade, pesquisadores e cidadãos de modo geral, para exigir políticas públicas de gestão de documentos, para assim, de forma mais direta, possibilitar a ampliação dos serviços do APEES e, como desdobramento dessa ampliação, o recolhimento de mais acervos, não apenas o institucional proveniente da própria estrutura do estado, mas também de outros produtores: acervos privados institucionais e pessoais.

De todo modo, foi verificado na pesquisa que do ano de 2003, início das atividades do PPGHIS/UFES, até o ano de 2021, foi produzido o total de 61 teses e 328 dissertações. Dos quais 34 teses e 170 dissertações, totalizando 204 trabalhos tratavam de algum aspecto do Estado do Espírito Santo, independente do período, da metodologia ou temática. Desse total, 95 dissertações, aproximadamente 55%, e 23 teses, aproximadamente 67%, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. Numa visão geral, são 118 trabalhos, aproximadamente 57%, que fizeram uso das fontes primárias do APEES.

Diante desses dados, podemos afirmar que: o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é uma base institucional imprescindível à constituição de acervos documentais necessários à produção do conhecimento sobre a história do Espírito Santo e que mesmo diante das limitações políticas e orçamentárias que se impõe para as instituições de memória e pesquisa no Brasil, podemos conceber essa instituição como importante no processo de produção historiográfica, sobretudo acerca da história do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

- BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 305-325, jul./dez. 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 27-39, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COOK, Terry. A Ciência Arquivística e o Pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.
- DURANTE, Daniela Simiqueli. **Ciganos nas Terras do Espírito Santo**: Representações Sócio-Políticas (1870-1930). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41
- JEURGENS, Charles. **Historians and Archivists**: two disciplines working with the same papers. (transcrição de discurso. Maio, 2005). Disponível em: https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians_and_archivists.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- MARIANO, Fabiene Passamani. **A Festa do Divino em Viana no século XXI**: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In: **XI Encontro Estadual de História ANPHU RS**, 23 a 27 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande do Sul – RS – Brasil. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.
- MOTTA, Kátia Sausen da. **Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos** (província do Espírito Santo, 1827-1842). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso**: um desafio historiográfico do Espírito Santo. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **A Criação de Unidades de Conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: Contextualização, Conflitos e Redes de Interesse na Apropriação Social do Meio Ambiente**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, Julia Duarte de. **Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.